

Enquanto deputados debatem misoginia, tema ainda é tabu na escola pública

George Garcia

Enquanto o Congresso Nacional debate misoginia, tendo o enquadramento equiparado ao racismo já passado pelo Senado, mas em debate tenso na Câmara dos Deputados, nas escolas o assunto encontra espaço tímido. Tanto quem atua cara a cara com os alunos, quanto quem é pesquisador de Educação, considera que ainda há muito o que se fazer para combater os crimes de intolerância, dentre eles a misoginia, que está intimamente ligado a casos de violência contra a mulher cada vez mais frequentes no país. No ABC os feminicídios batem recorde, com 16 casos registrados nas sete cidades em 2025, o dobro de mortes do ano anterior.

Estado e municípios relatam que o tema faz parte do conteúdo programático e é abordado em sala de aula, mas, na prática, essa abordagem é rasa e precisa ser ampliada, bem como os professores serem melhor preparados para entrar nestes temas sem atingir questões religiosas ou ideológicas.

O educador André Stábile fala sobre a alta dos crimes de intolerância e da violência contra a mulher aparecendo nos noticiários de forma rotineira e traça um paralelo com a necessidade da decisão administrativa dos gestores da educação em atacar seriamente esse tema. Ele também considera que falta dar aos professores oportunidade de formação para a abordagem correta do tema. Stábile é especialista em educação, já foi secretário da área em São Caetano e é pesquisador, palestrante e diretor do Instituto Educacionista.

“É verdade de que existem instruções nas redes públicas, dependendo da visão dos prefeitos e governadores, dos secretários de educação e diretores de escola. A educação tem como um de seus objetivos melhorar a convivência social, melhorar o engajamento cívico das pessoas, as relações humanas pacíficas, portanto a cultura de paz, então a gente considera o mais importante preparar os professores, dar tempo para aprofundarem essas abordagens e dar muita qualidade no conhecimento porque são temas sensíveis para a população. Os professores precisam conhecer bem o que são os crimes de ódio, como a intolerância religiosa, o racismo, o machismo, o etarismo, a gordofobia, a xenofobia, o capacitismo e,

especialmente, a misoginia”, analisa Stábile.

Para o diretor do Instituto Educacionista o ensino precisa ter programa específico sobre esses temas. Diz que é preciso um programa específico porque está fora de controle na sociedade, pela inabilidade e pouco conhecimento, pela formação precária nesses aspectos, que muitas vezes estão relacionados à educação integral e as habilidades socioemocionais.

“Existe muita dificuldade para as pessoas gerenciarem as emoções, muita dificuldade em compreender o respeito à dignidade humana, as escolhas, muita intolerância e descontrole psicoemocional. Por isso esses acontecimentos têm aumentado muito de volume. A gente defende uma abordagem aprofundada, com muita qualidade e alinhada com as famílias, com a sociedade para que a gente transforme o que está acontecendo em algo melhor. A situação, como está é insustentável. É preciso mudar os padrões de consciência da sociedade e o único caminho para fazer isso é com a educação, só tem essa via, não tem outra, e que ela seja pública, de máxima qualidade e que seja para todos”, completa André Stábile.

Aula

Para a professora Amanda Tabarelli, que atua na rede estadual há 15 anos e leciona em Ribeirão Pires, a misoginia é tema pouco debatido nas salas de aula. Há poucos professores que encaram o desafio. “O debate não aparece em sala de aula, onde leciono somente eu e outro professor trabalhamos esses assuntos. Nestes 15 anos nunca vi um trabalho sério sendo feito a respeito da violência masculina contra mulheres e crianças. Embora haja lei federal, não há um trabalho sendo feito a respeito disso na escola, o que temos são, no mês de maio, palestras, mais como um ensinamento sobre como as meninas devem identificar sinais de alerta”, diz.

Amanda também relata que o machismo tem crescido entre os estudantes. “Percebo que os meninos são sempre mais hostis, na verdade quase todos os problemas de indisciplina são causados por meninos, inclusive eu acredito que eles estão cada vez mais machistas”, aponta.

A profesora diz também que é urgente uma mudança de estratégia para acabar com o machismo e a misoginia e isso deve começar na Educação. “A escola ainda lida com algo tão alarmante como tabu. Eles (secretaria de educação) vão falar que fazem, mas não fazem. Como está hoje a escola tem protegido os meninos e demais demandas que os homens exigem para manter o poder. As coisas são feitas para cumprir protocolos e não para proteger as meninas”, completa a

educadora.

Estado

Em nota a Seduc-SP (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo) igualdade de gênero é parte da formação integral dos estudantes. A pasta também diz que os educadores são preparados para essa abordagem.

“Os educadores da rede estadual participam de formações continuadas, oferecidas pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores, sobre violência de gênero e grupos vulneráveis, além de conteúdos ligados à Educação em Direitos Humanos, diversidade, igualdade de gênero e comunidade LGBTQIAPN+. O Conviva-SP (Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar), por sua vez, reúne projetos e ações articuladas voltadas à convivência e à colaboração. A iniciativa propõe que toda escola seja um ambiente solidário e acolhedor, identifica pontos de vulnerabilidade de cada unidade e fomenta a promoção da cultura de paz”, diz o comunicado.

Municípios

Já as prefeituras informam que o tema é trabalhado de forma transversal. Rio Grande da Serra diz que o tema é trabalhado em rodas de leitura, rodas de conversas, desenhos animados e músicas infantis, porém a participação dos alunos é facultativa.

Em São Caetano, a prefeitura diz que o respeito à diversidade, à equidade e aos direitos humanos, incluindo temas como a valorização das mulheres e o enfrentamento a qualquer forma de discriminação, são temas trabalhados em diferentes áreas do conhecimento. “Essas abordagens ocorrem por meio de práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas, como rodas de conversa, atividades em sala e projetos interdisciplinares, integradas ao conteúdo programático. A participação dos alunos acontece dentro das propostas pedagógicas de cada unidade, respeitando a faixa etária e o planejamento escolar. A rede também promove ações formativas para educadores e atividades de conscientização ao longo do ano”, diz nota da prefeitura sancaetanense.

Santo André informa que as práticas pedagógicas desenvolvidas sobre o tema estão alinhadas às legislações. A cidade lança, em abril, a consolidação de um núcleo próprio e específico de educação para paz, com o objetivo de fortalecer as relações e promover a consciência social diante das realidades onde muitas crianças estão inseridas.

Segundo o paço andreense o tema misoginia é abordado nas disciplinas de Ciências Humanas (História e Geografia), ao tratar das relações sociais, direitos humanos e diversidade; em Língua Portuguesa, por meio da leitura, interpretação e produção de textos que abordem valores sociais e convivência; e em projetos pedagógicos e ações integradoras. “As unidades escolares desenvolvem práticas pedagógicas como rodas de conversa, debates, projetos e mediações de conflitos, sempre que pertinentes ao contexto das turmas e às situações vivenciadas no cotidiano escolar. Essas ações visam promover o respeito mútuo, a empatia e a convivência ética, conforme previsto nos princípios do currículo municipal, que valorizam a interação, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

A prefeitura de Diadema informa que o tema é integrado às ações pedagógicas voltadas à convivência, à cultura de paz, aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência, especialmente aquelas baseadas em gênero. A abordagem integra múltiplas áreas do conhecimento e projetos de formação cidadã. “As escolas desenvolvem debates, rodas de conversa, atividades culturais, campanhas educativas e práticas restaurativas que promovem a reflexão crítica sobre respeito, equidade de gênero, valorização das mulheres e prevenção às violências”, diz nota da prefeitura.

Nas escolas de Diadema, essas atividades fazem parte do currículo escolar. “As discussões realizadas em sala de aula integram o planejamento pedagógico das unidades escolares e, quando previstas nas propostas curriculares, contam com a participação dos estudantes da turma como parte do processo formativo e educativo”, diz nota da prefeitura. O município também realizou em março programação na Casa Beth Lobo — Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência — com atividades de conscientização, acolhimento e fortalecimento da rede de proteção às mulheres.

A Prefeitura de São Bernardo diz que o combate a todas as formas de discriminação e violência integram o trabalho educativo desenvolvido nas unidades escolares, como parte da formação integral dos estudantes. “O tema misoginia não é tratado como conteúdo de um componente curricular específico, mas abordado de forma transversal, articulada ao currículo, aos projetos político-pedagógicos das unidades escolares e às práticas pedagógicas cotidianas, especialmente no âmbito das áreas de Ciências Humanas, Linguagens, Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e das ações voltadas à convivência ética e ao respeito às diferenças. Cabe destacar que a participação dos estudantes nessas atividades ocorre de forma orientada e mediada pedagogicamente, considerando a intencionalidade educativa, as especificidades etárias, o desenvolvimento emocional dos alunos e o contexto de cada grupo”, diz a prefeitura, em nota.

Ribeirão Pires e Mauá, não responderam.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3810242/enquanto-deputados-debatem-misoginia-tema-ainda-e-tabu-na-escola-publica/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Política